

Nº. 07/2018 _____ **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NÃO PÚBLICA, DO DIA DEZ DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZOITO.** _____

_____ No dia dez de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão e Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Matos Cunha, com a presença dos senhores vereadores, Ricardo Jorge Costa Mendes, Célia Cristina Maia Menezes e Castro, Sofia Manuela Cadeias Machado Fernandes, José Manuel Leitão dos Santos, Leonel Agostinho Azevedo Rocha, Vítor Torres Pereira, Mário de Sousa Passos, José Pedro Carvalho de Macedo Ferreira Sena, Alfredo Augusto Azevedo Morais Lima e Juliana Vicente Santos.

_____ O Senhor Vereador Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá, eleito pelo Partido Socialista, não esteve presente na reunião, tendo comunicado atempadamente essa impossibilidade solicitando a sua substituição. Nessa sequência, e dando cumprimento ao estabelecido no nº 2 do artigo 78º e do nº 1 do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi convocado o candidato imediatamente a seguir na respetiva lista do Partido Socialista, Filipa Nunes Miranda da Cunha, a qual também solicitou a sua substituição. Procedeu-se então à convocatória do candidato a seguir, Juliana Vicente Santos. _____

_____ O Executivo Municipal justificou as respetivas ausências. _____

_____ Eram dezanove horas quando, pelo Senhor Presidente, foi declarada aberta a reunião. _____

-ASSUNTOS INSCRITOS NA AGENDA DE TRABALHOS E DELIBERAÇÕES PROFERIDAS: _____

1 - “RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS” _____

Presente para apreciação e conseqüente aprovação pelo órgão executivo o “Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano 2017”, cujo teor fica a fazer parte integrante da ata por apenso ao respetivo livro, encontrando-se integralmente elaborados e disponíveis para consulta. _____

1-DELIBERADO POR MAIORIA, APRECIAR E VOTAR FAVORAVELMENTE O RELATÓRIO DE GESTÃO E OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017. _____

-VOTARAM CONTRA OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA QUE APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO.

2-MAIS FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, DO MONTANTE TOTAL DE 2.726.817,29 € (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E DEZASSETE EUROS E VINTE E NOVE CÊNTIMOS), PARA RESERVAS LEGAIS (571) 136.341,00€ (CENTO E TRINTA E SEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E UM EUROS) E PARA RESERVAS LIVRES (574) 2.590.476,29 € (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS EUROS E VINTE E NOVE CÊNTIMOS).

-VOTARAM CONTRA OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

3-SUBMETÊ-LO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA LEI. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A DELIBERAÇÃO É APROVADA EM MINUTA. _____

-A SEGUIR SE TRANSCREVE O TEOR DA DECLARAÇÃO DE VOTO: _____

“Introdução _____

O poder municipal que nos governa, tem inundado as redes sociais e demais agentes de comunicação com informação distorcida, procurando vender uma verdade, que os mais atentos, sabem tratar-se de “Fake News”, como agora se usa dizer. O Sr. Presidente, manda difundir por várias vias as verdades que escondem a realidade, prosseguindo o caminho da mentira, escondendo a verdade, que a seu tempo, surgirá, quando Paulo Cunha não for Presidente da Câmara. _____

Apesar da denúncia do PS, reiterada e plasmada nas declarações de voto apresentadas e anexas às atas, muitos serão aqueles que virão dizer que foram enganados. Contudo, muitos estão “enganados”, porque vivem na dependência municipal, que como se sabe, dá jeito ignorar. _____

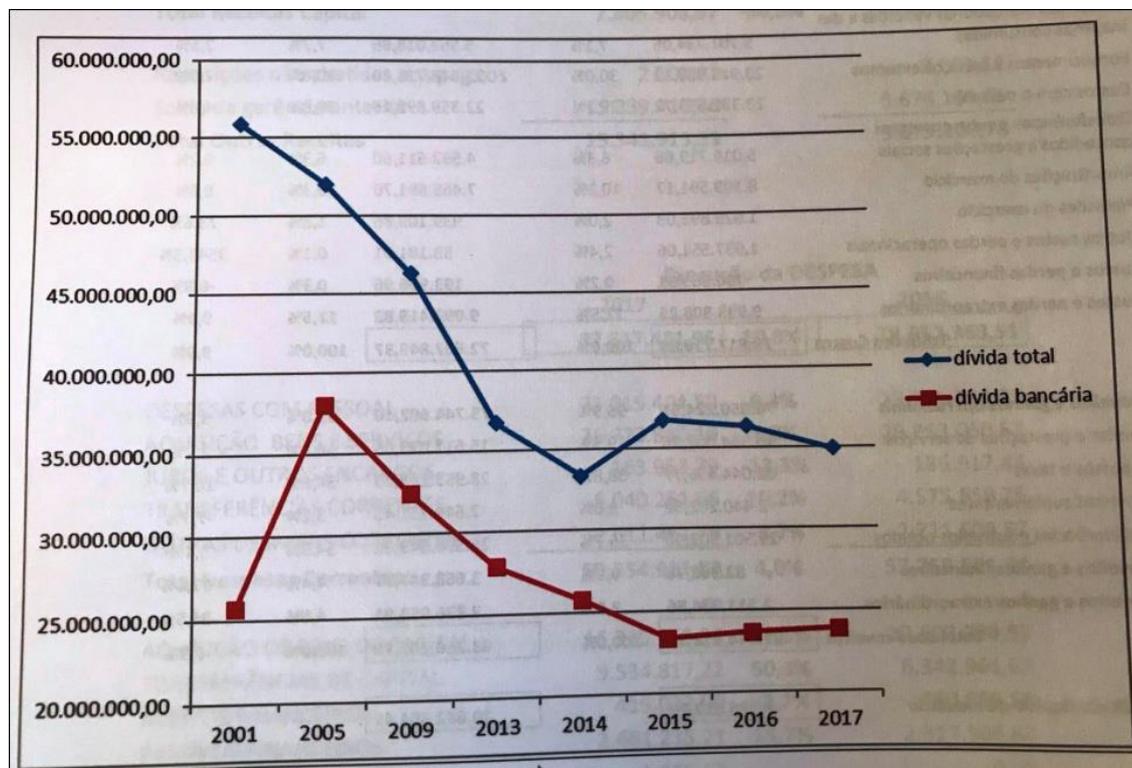
E não nos deixemos enganar; a receita orçamental cobrada foi de 86,4 milhões aos quais se junta o saldo transitado de 15,3 milhões. _____

O Relatório _____

O relatório que agora nos é apresentado evidencia um conjunto de verdades que a maior parte dos famalicenses ignora ou gosta - muito convenientemente - de ignorar. Vejamos:

A dívida _____

a) Nos últimos anos, têm-nos vendido a ideia que, a Câmara tem baixado a dívida. Tal ocorreu nos mandatos anteriores a 2013, graças ao aumento colossal de receitas, como é o caso do IMI. No tempo de Paulo Cunha estabilizou, apesar do crescimento anual da receita de impostos. Onde está o milagre? _____



b) Os compromissos futuros, assumidos com aquisição de serviços cresceram nos últimos três anos de forma preocupante. O município diz que tudo está controlado. Contudo se a Economia refrear a pergunta que sobra é: quem paga? Ou seja, se a cobrança de impostos diminui e os compromissos se mantiverem ou crescerem, alguém vai ter de pagar. _____

Aquisição de Serviços	Exercício	Exercício Futuros	Total
2015	27.751.820,48 €	17.815.798,75 €	45.567.619,23 €
2016	30.457.328,35 €	23.338.528,26 €	53.795.856,61 €
2017	30.405.319,00 €	26.117.899,92 €	56.523.218,92 €

c) As receitas orçamentais cobradas foram, pela primeira vez, em muitos anos, inferiores à despesa orçamental paga. Se o saldo transitado de 2016 não fosse considerável, teríamos deficit orçamental. _____

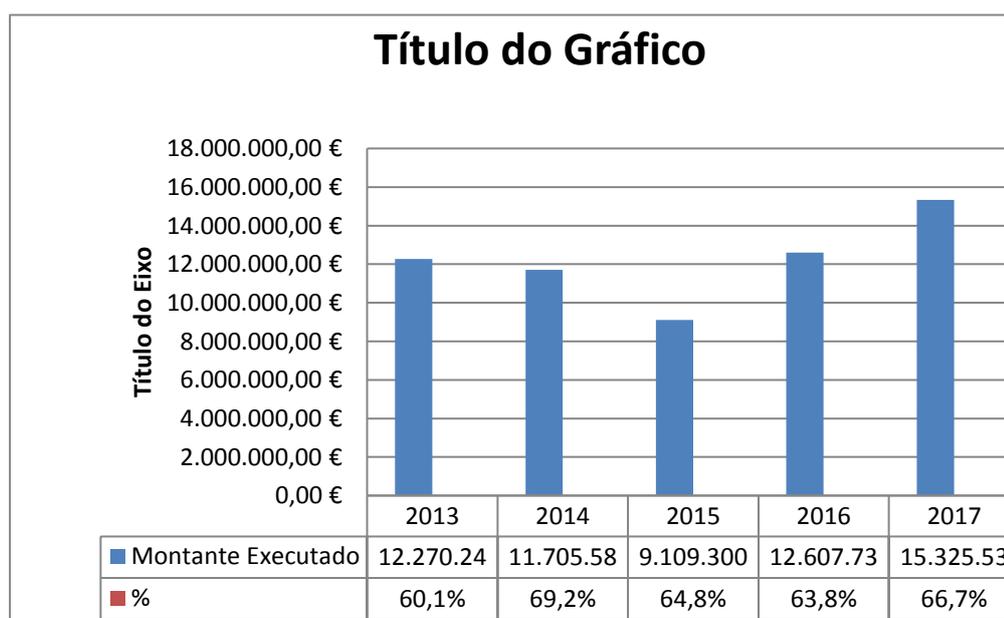
Ano	Total Receita	Total Despesa
2017	86.466.304,76 €	87.517.481,95 €
2016	88.617.572,93 €	78.957.363,51 €
2015	71.668.053,85 €	69.415.464,01 €
2014	71.984.513,77 €	68.684.935,00 €

Se perguntarmos a qualquer famalicense, menos atento, estes valores poderão surpreender. Parece que tudo está bem, mas, a despesa fixa está a aumentar elevando a rigidez de um orçamento que, cada vez mais liberta menos recursos para o investimento, não obstante o crescimento da receita proveniente dos impostos. _____

Plano Plurianual de Investimentos _____

Mais uma vez a execução do PPI tem um desempenho medíocre, apesar do prometido, aquando da discussão do orçamento. Se verificarem os títulos dos jornais em outubro de 2016, estes anunciam grande investimento. Se verificarem a conferência de imprensa do PS, constatarão quem falou verdade e quem previu bem sem grandes dificuldades o que agora é explanado. Os quadros seguintes falam por si.... _____

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Montante Executado	12.270.243,10 €	11.705.586,69 €	9.109.300,99 €	12.607.734,52 €	15.325.539,96 €
%	60,1%	69,2%	64,8%	63,8%	66,7%



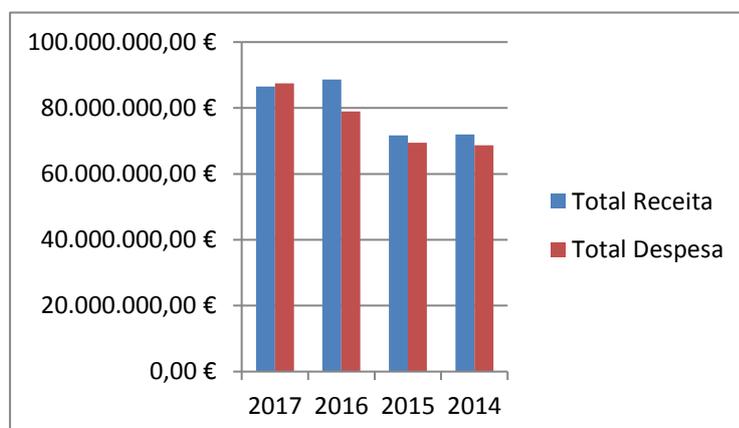
Ano	2013	2014	2015	2016	2017
PPI (Gop's)	21.648.686,00 €	20.120.684,00 €	18.218.694,00 €	28.416.079,00 €	29.994.355,00 €
Montante Previsto/Definido (Gop's)	20.415.708,39 €	16.922.172,60 €	14.062.182,20 €	14.304.569,00 €	21.903.355,00 €
Montante Executado	12.270.243,10 €	11.705.586,69 €	9.109.300,99 €	12.607.734,52 €	15.325.539,96 €
%	60,1%	69,2%	64,8%	63,8%	66,7%

A Câmara anunciou quase 30 milhões de investimentos, ficou-se por metade no que se refere à previsão e 66,67 face ao montante definido. De facto, a Câmara anunciou 30 milhões, mas só tinha garantidos (definidos) 22 milhões, e nem estes conseguiu investir. Em ano de eleições, a propaganda e descaramento aumentaram bem mais do que o investimento. O quadro anterior revela uma prática reiterada, que nos dispensamos de adjetivar.

Execução Orçamental

Apesar de em termos relativos (percentagem) ter baixado, é bom referir que a despesa subiu em termos absolutos face a 2016 mais de 2 milhões de euros, sendo que se trata de despesa rígida que em anos futuros trará problemas. Acresce referir que, se retirarmos o efeito do “Programa Aproximar” (transferência de competências do estado para o município - escolas) a despesa aumentou em termos relativos face a 2016.

Ano	Total Receita	Total Despesa	% D. Corrente
2017	86.466.304,76 €	87.517.481,95 €	68%
2016	88.617.572,93 €	78.957.363,51 €	73%
2015	71.668.053,85 €	69.415.464,01 €	68%
2014	71.984.513,77 €	68.684.935,00 €	66%



Ano	Receita Corrente	Despesa Corrente
2017	79.160.395,79 €	59.554.911,89 €
2016	73.907.899,06 €	57.258.501,04 €
2015	62.028.726,43 €	47.355.106,73 €
2014	64.193.198,80 €	45.319.359,30 €

Em poucos anos a despesa corrente cresceu para além do razoável e nem a transferência de competências (escolas) justifica tudo. O Programa Aproximar iniciou-se em setembro de 2015. _____

Despesa Com Pessoal _____

Como se poderá inferir dos quadros seguintes, a despesa com pessoal aumentou por força da descentralização de competências ao nível da educação, passando os funcionários para a alçada do município. Contudo, essa desculpa não justifica os crescentes custos com funcionários do município que não estão afetos às escolas. O pessoal afeto às escolas, justifica em parte a subida de 2015 para 2016, mas não poderá justificar o aumento de 2016 para 2017. _____

Rubrica	2014	2015	2016	2017
Despesa Pessoal (Total)	18.131.302,55 €	20.094.652,57 €	23.612.087,68 €	25.015.404,50 €
Pessoal em Funções	8.297.460,82 €	9.131.358,49 €	10.733.610,17 €	11.247.565,47 €
Caixa Geral de Aposentações	1.872.481,60 €	2.005.734,17 €	2.373.011,91 €	2.353.056,91 €
Segurança Social - Regime Geral	70.404,79 €	67.132,48 €	68.904,03 €	0,00 €
Outros	900.497,30 €	999.891,76 €	1.296.540,11 €	1.580.827,90 €

Pessoal avençado	2013	2014	2015	2016	2017 orçamento	C. Gerência 2017
	894.614,31 €	895.796,35 €	1.109.953,49 €	1.515.523,02 €	1.434.600,00 €	1.781.286,98 €
Acréscimos anuais		1.182,04 €	214.157,14 €	405.569,53 €		346.686,98 €
Varição 2013 - 2017				620.908,71 €		886.672,67 €
Varição (2013 - 2017) %				40,97%		50%

Ora, é por exemplo na rubrica dos avençados que se encontram justificações que se prendem com eleitoralismo fácil e que em ano eleitoral não parou de crescer. Em quatro anos o custo anual duplicou. Bravo! _____

Aquisição de Bens e Serviços

Mas no domínio da aquisição de serviços, a situação tem tomado proporções que devem merecer alertas sérios. Se no exercício de 2017 o valor manteve o de 2016, é nos exercícios futuros que as campanhas têm de soar. Os custos com a aquisição de bens e serviços correspondem a 35% da receita orçamental cobrada.

Anos	2017*	2017	2016	2015	2014	2013
Aquisição de Bens e Serviços	25.614.668,00 €	30.405.319,00 €	30.457.328,35 €	27.751.820,48 €	26.200.387,60 €	23.869.630,55 €
*Orçamentado						

Aquisição de Serviços	Exercício	Exercício Futuros	Total
2015	27.751.820,48 €	17.815.798,75 €	45.567.619,23 €
2016	30.457.328,35 €	23.338.528,26 €	53.795.856,61 €
2017	30.405.319,00 €	26.117.899,92 €	56.523.218,92 €

Receita

Graças aos bons pagantes famalicenses, o poder municipal exerce a sua ação sem grandes preocupações futuras. Distribuir, mantendo a “Corte” sossegada e distraída, iludindo os incautos e abafando a crítica.

Impostos Cobrados 2017

Desde há vários anos, que denunciámos esta verdade: há condições para baixar impostos municipais. Desde logo o IMI das famílias com 1 dependente. A Câmara anunciou que iria conceder o benefício para as famílias com 2 ou mais filhos. Não obstante o IMI gerou em 2017 mais 1,1 milhões do que em 2016. Em 2017 cobrou em impostos mais 1,35 milhões de euros que em 2016.

Imposto	ORÇ 2016	Conta 2016	Diferença	em %	ORÇ 2017	Conta 2017	Varição
IMI	13.824.513,84 €	14.284.461,74 €	459.947,90 €	11%	14.163.996,77 €	15.236.654,89 €	1.072.658,12 €
IUC	3.045.939,94 €	3.043.968,27 €	-1.971,67 €	-0,05%	3.043.316,73 €	3.217.323,56 €	174.006,83 €
IMT	3.178.460,54 €	4.141.384,89 €	962.924,35 €	22,37%	3.422.870,42 €	4.429.282,07 €	1.006.411,65 €
Derrama	3.377.169,47 €	6.089.191,35 €	2.712.021,88 €	63,00%	5.406.437,21 €	6.219.746,25 €	813.309,04 €
Participação Fixa no IRS	3.683.492,00 €	3.855.105,00 €	171.613,00 €	3,99%	3.855.105,00 €	3.651.913,00 €	-203.192,00 €
Total	27.109.575,79 €	31.414.111,25 €	4.304.535,46 €	100%	29.891.726,13 €	32.754.919,77 €	2.863.193,64 €
Total Orçam. ou receita cobrada	78.407.794,18 €	88.617.572,93 €		5%	85.927.246,62 €	86.468.807,67 €	

Resumo plurianual _____

O peso dos impostos na receita orçamental cobrada, atingiu 38% o que comparado com outros Municípios não deixa de implicar reflexão. Aos impostos acrescem as taxas com a água, saneamento e recolha de lixo, para além de outras taxas. Apesar do relato, segundo um estudo mal-amanhado, o Presidente da Câmara considera que os famalicenses são felizes. Tal estudo foi publicado em 2017, antes das eleições obviamente, para levar ao engano cumprindo a máxima de Voltaire: mintam, mintam sempre porque alguma coisa fica da mentira. _____

Imposto	ORÇ 2014	Conta 2014	ORÇ 2015	Conta 2015	ORÇ 2016	Conta 2016	ORÇ 2017	Conta 2017
IMI	12.316.958,77 €	13.811.357,88 €	13.178.668,68 €	14.488.695,31 €	13.824.513,84 €	14.284.461,74 €	14.163.996,77 €	15.236.654,89 €
IUC	2.694.427,34 €	3.087.218,82 €	3.027.582,07 €	3.003.414,68 €	3.045.939,94 €	3.043.968,27 €	3.043.316,73 €	3.217.323,56 €
IMT	2.869.243,97 €	2.857.780,19 €	2.711.896,64 €	3.375.620,46 €	3.178.460,54 €	4.141.384,89 €	3.422.870,42 €	4.429.282,07 €
Derrama	6.952.831,59 €	6.754.338,94 €	8.065.243,36 €	0,00 €	3.377.169,47 €	6.089.191,35 €	5.406.437,21 €	6.219.746,25 €
Participação Fixa no IRS	2.863.140,00 €	2.863.140,00 €	2.863.140,00 €	3.683.492,00 €	3.683.492,00 €	3.855.105,00 €	3.855.105,00 €	3.651.913,00 €
Total	27.696.601,67 €	29.373.835,83 €	29.846.530,75 €	24.551.222,45 €	27.109.575,79 €	31.414.111,25 €	29.891.726,13 €	32.754.919,77 €
Total Orçam. ou receita cobrada	76.547.003,70 €	71.984.513,77 €	71.233.716,13 €	71.668.053,85 €	78.407.794,18 €	88.617.572,93 €	85.927.246,62 €	86.468.807,67 €
Peso no Orçamento da Receita	36,18%	40,81%	41,90%	34,26%	34,58%	35,45%	34,79%	37,88%

Conclusão _____

Face ao exposto e demais considerandos subentendidos, os Vereadores do PS têm razões sobejas para não acompanhar a introdução do Sr. Presidente da Câmara no que se refere às contas e desempenho plasmado neste documento. _____

O PS tem razão face às preocupações manifestadas aquando a discussão do orçamento para 2017, e é por essa razão que não pode estar de acordo com a execução que agora nos é proposta para deliberação. _____

Para além de, não acolher as nossas preocupações relativamente ao futuro, persiste numa execução refletida nos gastos, que do nosso ponto de vista são ineficientes e sustentados por uma estratégia contínua de retirada de poder de compra aos famalicenses ao cobrar impostos para além do razoável. _____

E porque os vereadores do PS não concordam com esta prática, votamos contra os presentes Documentos.” _____

2 - “1ª REVISÃO ORÇAMENTAL” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando a necessidade de se proceder a reajustamentos nas dotações do Plano de Atividades e Orçamento. _____

Proponho que a Câmara Municipal aprove, ao abrigo do ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, publicado no Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22 de fevereiro, as modificações às “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018”, discriminadas nos termos dos quadros em anexo.” _____

_____ DELIBERADO POR MAIORIA NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA, APROVAR A PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DISCRIMINADA NOS QUADROS ANEXOS, CUJO TEOR FICA A FAZER PARTE INTEGRANTE DA ATA POR APENSO AO RESPETIVO LIVRO. _____

-SUBMETÊ-LA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A DELIBERAÇÃO É APROVADA EM MINUTA. _____

E não havendo mais nada a tratar, foi deliberado encerrar a reunião, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino juntamente com o Senhor Presidente. _____